



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA ELEITORAL RELATORA  
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**Habeas Corpus nº 0600034-24.2026.6.21.0000**

**Paciente:** ROGERIO LOPES MACHADO

**Impetrado:** JUÍZO DA 073ª ZONA ELEITORAL DE SÃO LEOPOLDO/RS

**Relator:** DESA. ELEITORAL CAROLINE AGOSTINI VEIGA

**P A R E C E R**

**HABEAS CORPUS. REVOGAÇÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO PENAL. SUPOSTA INOBSERVÂNCIA DOS TERMOS PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. IMPOSSIBILITADA A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO. PRECEDENTES. PARECER PELA CONCESSÃO DA ORDEM PARA O RECONHECIMENTO DA ILEGALIDADE DA DECISÃO.**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de decisão liminar, impetrado por Guilherme Vinícios Martins Louzada em favor de ROGERIO LOPES MACHADO, contra ato do JUÍZO DA 073ª ZONA ELEITORAL DE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

SÃO LEOPOLDO/RS que **manteve a decisão que revogou a suspensão condicional do processo** nº 0600137-79.2021.6.21.0073, no qual o ora paciente era o beneficiado.

O impetrante narrou que ROGERIO “buscou, de forma espontânea, dar início ao cumprimento da prestação de serviços à comunidade, o que restou inviabilizado por motivos alheios à sua vontade, diante da indisponibilidade de vagas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social”. Posteriormente,

em 20/03/2024, o Cartório Eleitoral certificou a existência de vaga junto ao Corpo de Bombeiros para o cumprimento da prestação de serviços à comunidade pelo Paciente (ID 122221485).

Na sequência, foi determinada a intimação por meio de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, bem como o envio das informações necessárias ao advogado dativo então nomeado, por meio do aplicativo WhatsApp (ID 122221489), tendo a publicação ocorrido em 26/03/2024.

**O Paciente, contudo, jamais teve ciência pessoal acerca do local, dias e horários para o início do cumprimento da prestação de serviços à comunidade, constando apenas certidão de comunicação dirigida à defesa técnica então nomeada (ID 122226778).**

Em 10/03/2025, foi lavrada certidão informando que o Paciente não teria se apresentado para o cumprimento da prestação de serviços à comunidade (ID 126978675). Com base nessa informação, o Ministério Público Eleitoral requereu a revogação da suspensão condicional do processo (ID 126990701), pedido que apresentado para o cumprimento da prestação de serviços à comunidade (ID 126978675).

Quanto ao mérito, o impetrante destacou que: a) “a decisão que revogou a suspensão condicional do processo impôs **constrangimento ilegal** ao Paciente”; b) “a suspensão foi revogada sem a abertura de prazo para



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

esclarecimentos, sem oitiva do acusado e sem qualquer juízo prévio acerca das circunstâncias fáticas que envolveram o suposto descumprimento”; c) “a revogação, assim, acabou por operar fundada exclusivamente em registro cartorário, **sem o contraditório mínimo** exigível em decisão que impacta diretamente a esfera jurídica do acusado e antecipa os efeitos mais gravosos do processo penal”. Com isso, requereu

a) Em caráter liminar:

a.1) Seja concedida tutela de urgência, para determinar a imediata suspensão do andamento da Ação Penal Eleitoral nº 0600137-79.2021.6.21.0073, em trâmite perante a 73ª Zona Eleitoral de São Leopoldo/RS;

a.2) Seja, por consequência, suspensa ou cancelada a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 04/02/2026, às 14h (ID 127767168), ou qualquer outro ato instrutório, até o julgamento definitivo do presente habeas corpus, a fim de preservar a utilidade do provimento jurisdicional e evitar prejuízo irreparável à defesa;

b) No mérito:

b.1) Seja concedida definitivamente a ordem para reconhecer o constrangimento ilegal decorrente da revogação da suspensão condicional do processo sem a prévia oportunidade de manifestação do Paciente, declarando-se a nulidade da decisão revogatória, a fim de que lhe seja assegurado o direito de justificar o alegado descumprimento das condições impostas, nos termos do devido processo legal;

c) Subsidiariamente:

c.1) Seja reconhecido o constrangimento ilegal decorrente da ausência de resposta à acusação, com a consequente determinação de reabertura do prazo para apresentação da resposta prevista no art. 396-A do Código de Processo Penal, assegurando-se ao Paciente o pleno exercício da defesa técnica, inclusive quanto à indicação de provas e ao arrolamento de testemunhas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

Em seguida, a meritíssima Relatora **deferiu o pedido liminar**, a fim de suspender a tramitação da ação penal eleitoral nº 0600137-79.2021.6.21.0073, pontuando que “este Tribunal [...] firmou compreensão de que **a revogação da suspensão condicional do processo exige prévia oportunização de manifestação do beneficiário sobre o fato imputado como descumprimento**, sob pena de violação ao devido processo” (ID 46167674 - g. n.).

A autoridade impetrada foi notificada da decisão (ID 46167947).

Após, deu-se vista dos autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Assiste razão ao impetrante. Vejamos.

De acordo com a jurisprudência do e. STJ, tem-se que: “nos termos dos §§ 3º e 4º da Lei 9.099/1995, há duas situações em que a **revogação do sursis processual** é obrigatória (beneficiário processado por outro crime no decorrer do período de prova e a ausência de reparação do dano sem motivo justificado), e duas em que é **facultativa** (acusado processado por contravenção penal no curso do prazo e **descumprimento de qualquer outra condição estabelecida**)” (STJ, RHC nº 71.459/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 14/3/2018 - g. n.).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

No caso, portanto, a revogação da suspensão condicional do processo ocorreu de maneira facultativa, dado o descumprimento de uma condição imposta para a manutenção do benefício, qual seja, a devida prestação dos serviços à comunidade.

Ocorre que o mesmo tribunal supracitado registra que “**na hipótese de revogação facultativa** da suspensão condicional do processo, para sua legitimidade, **é necessário que o magistrado possibilite ao beneficiário manifestar-se sobre o descumprimento das condições que lhe foram impostas**, uma vez que pode apresentar justo motivo para tanto” (STJ, AgRg no AgRg no AREsp nº 1.374.826/SC, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 28/5/2019, DJe de 6/6/2019 - g. n.).

Ora, como demonstrado, **a autoridade impetrada não possibilitou ao beneficiário manifestar-se sobre tal descumprimento**, sob o fundamento de que “não é necessário intimar pessoalmente o demandado para justificar o descumprimento das condições acordadas, sendo suficiente que ele ou seu advogado esteja ciente sobre as consequências do não cumprimento” (ID 46167690, p. 3), o que, ofende os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, indo na contramão do entendimento do e. STJ e dessa própria colenda Corte, como ressaltado na decisão monocrática.

Dessa forma, em vista da violação de preceitos jurídicos fundamentais, **deve ser reconhecida a nulidade da decisão** revogatória do *sursis* processual, a fim de que seja assegurado ao beneficiário o direito de justificar o descumprimento das condições estabelecidas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

---

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pela **concessão da ordem** nos termos da fundamentação.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2026.

**JANUÁRIO PALUDO**  
Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

DC